



## **“MEXENDO NO VESPEIRO”: LEGITIMAÇÃO DOS CICLOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO ATRAVÉS DO GRUPO OPERATIVO**

Simone Francisca de Oliveira<sup>1</sup>

O objetivo geral deste estudo foi investigar o processo de enfrentamento à violência de gênero em um Grupo Operativo com mulheres sobreviventes à violência de gênero. Os objetivos específicos, por sua vez, foram:

Descrever e analisar a construção/reconstrução dos sentidos da violência para as mulheres sobreviventes à violência de gênero, observando o processo de negociação deste sentido durante a sua participação em grupos operativos;

Descrever e analisar se e como os sentidos da violência de gênero podem possibilitar a construção coletiva de estratégias para o fim do ciclo de violência;

Investigar se e como a participação no grupo atua para o questionamento da matriz hegemônica de gênero e para a transformação das relações de gênero na vida das mulheres;

Descrever e analisar as práticas institucionais, a partir dos relatos das mulheres em suas trajetórias de sobreviventes à violência de gênero, realizadas na Rede de Enfrentamento à Violência de Contagem/MG.

A fim de atingir esses objetivos foi adotada uma metodologia voltada, principalmente, para a apreensão do conteúdo das sessões grupais. A análise ocorreu a partir de várias leituras do material guiadas pelos temas/objetivos do projeto e também pelo interesse na própria dinâmica possibilitada pelo atendimento em grupo. O campo desta pesquisa foi o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem/MG (Prefeitura Municipal de Contagem/MG), Espaço Bem-Me-Quero. O objeto de estudo foram quatro sessões do Grupo de Psicologia implantado por mim neste Centro de Referência em março de 2008 (e ainda em atividade). Os sujeitos foram quatorze mulheres que frequentaram as sessões do referido Grupo durante julho/agosto de 2009. Para a apresentação dos resultados foram elaboradas narrativas/crônicas a partir de cada sessão. Para o título das sessões foi utilizado uma frase dita por uma participante que vinculava o assunto discutido na sessão aos objetivos da pesquisa. Assim a primeira sessão analisada recebeu o título: “Cala a boca minha senhora!” sendo que nesta sessão se discutiu

---

<sup>1</sup>Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. E-mail para contato: si.fos@hotmail.com



principalmente, o posicionamento das instituições da Rede de Enfrentamento à violência. Na segunda sessão “Dá para aguentar mais um pouco”, se discutiu, principalemnte, o posicionamento das sobreviventes frente a violência de gênero e a seu processo de enfrentamento. Na crônica “Olha o tanto de coisa que eu fiz” referente a terceira sessão onde se observou a negociação das várias estratégias de enfrentamento à violência empregadas pelas participantes. Por fim, na quarta narrativa “Se você esta frequentando um grupo, você confia no grupo” é apresentada a discussão das participantes sobre o posicionamento diferenciado do Grupo na Rede de Enfrentamento à Violência, segundo suas trajetórias de sobreviventes à violência de gênero por esta Rede. A partir desta proposta foi possível construir narrativas que conseguiam ao mesmo tempo guiar a análise e sua apresentação pelos objetivos da pesquisa mas também da especificidade do material elaborado pelas participantes em cada sessão.

Com este trabalho pretendemos contribuir para a discussão atual sobre o enfrentamento da violência de gênero em nossa sociedade. A escolha por analisar o processo de negociação e avaliação coletiva de estratégias adotadas por mulheres sobreviventes à violência de gênero para a quebra do ciclo de violência através da participação em um Grupo Operativo aponta para a possibilidade da utilização de instrumentos da psicologia social como uma contribuição para a discussão deste fenômeno. Por outro lado, a delimitação teórica deste trabalho nas provocações teóricas de Butler (2003) e Scott (199) é uma aposta na possibilidade de a partir da subversão e historicização da discussão sobre a violência de gênero produzir questionamentos e posicionamentos que denunciem o caráter discursivo deste fenômeno e busca de alternativas para o enfrentamento deste fenômeno a partir deste entendimento.

A contribuição de Enrique Pichon-Rivière para a teorização sobre grupos com a elaboração da teoria e técnica grupal chamada *Grupo Operativo* foi adotada neste trabalho, principalmente, pela riqueza teórica-ideológica sustentada pelo autor e por considerarmos que esta dinâmica se adequa às especificidades da clientela de mulheres sobreviventes à violência de gênero. Podemos considerar esta indicação se levarmos em conta o aspecto cíclico desta violência na vida das participantes e a necessidade premente de intervenção e mudança nesta dinâmica. Para além, também nos interessa a discussão realizada por Pichon-Rivière sobre o papel do sujeito na mudança social.

Desta forma, ao realizar a avaliação dos vetores grupais (afiliação, pertença, pertinência, tele, cooperação, comunicação, aprendizagem) nos interessa, principalmente, a dinamicidade do vetor



aprendizagem compreendida em sua conexão direta com os outros vetores, particularmente, com o tipo de comunicação realizada entre as participantes de um Grupo Operativo.

Em um Grupo Operativo, cada membro se apresenta com um esquema referencial próprio definido como um “conjunto de experiências, conhecimentos e afetos com os quais o indivíduo pensa e age que adquire unidade através do trabalho em grupo” (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p.90). O compartilhamento destes esquemas através de uma comunicação grupal livre de ruídos entre os membros é que permite a construção de um Esquema Conceitual Referencial grupal e a aprendizagem de novas pautas/posicionamentos não estereotipadas e voltadas para os objetivos grupais. Desta forma,

o grupo deve configurar um ECRO de caráter dialético, onde as principais contradições que se referem ao campo de trabalho devem ser resolvidas durante a própria tarefa do grupo. Todo ato de conhecimento enriquece o ECRO, que se mantém, realimenta e se mantém flexível ou plástico (não estereotipado). Este aspecto é observado através de processos de ratificação de condutas ou de retificação de atitudes estereotipadas (ou distorcidas), mantidas em vigência como guardiãs de determinadas ideologias ou instituições.<sup>2</sup>

Assim, na teoria pichoniana aprender é sinônimo de mudança. Em um movimento dialético cada membro do Grupo, através de trocas comunicacionais aprende a aprender, a pensar e a mudar, ao mesmo tempo em que ensina oportunizando a aprendizagem de posicionamentos, comportamentos e discursos estereotipados e dicotomizantes. O resultado mais importante desse processo é que o sujeito se transforme em agente de mudança.

No caso de um Grupo Operativo com mulheres sobreviventes à violência de gênero com a tarefa de elaboração de estratégias para o enfrentamento a esta violência partindo-se dos ECRO de cada participante (suas trajetórias afetivas, familiares e pela Rede de Enfrentamento à Violência) processa-se através das trocas comunicacionais em conjunto com as intervenções da equipe de coordenação um novo ECRO. Este se guia por posicionamentos não estereotipados/dicotomizantes tanto em relação à tarefa grupal, ao sentido da violência sofrida e de seu enfrentamento. O resultado mais importante desse processo é que a mulher sobrevivente possa se transformar em agente de mudança em sua relação afetiva/familiar e/ou em seu posicionamento na Rede de Enfrentamento à Violência. Assim, a focalização na aprendizagem como um processo ativo, dialético e transformador faz da teoria pichoniana uma proposta de atuação revolucionária do status quo com sua aplicação de valia para a clientela de sobreviventes à violência de gênero e a adoção de sua aplicação indicada para propostas de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do fenômeno da violência.

---

<sup>2</sup> PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O Processo Grupal*. 5 ed. Tradução: Marco Aurélio Fernandes Velloso. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 94.



Neste trabalho adotamos também a proposta de subversão (BUTLER/2003) e historicização (SCOTT/1999) das categorias/conceitos: sexo/gênero/corpo/raça/natureza/mulheres tratando-os como categorias contextuais, contestáveis e contingentes apontando para uma discussão realizada por algumas feministas que buscam construir uma resposta teórica diferente das apresentadas para as desigualdades permanentes entre “mulheres” e “homens” a partir de várias utilizações destes conceitos/palavras normalmente como auto-evidentes. A proposta é que tomando como instrumento uma genealogia feminista destas categorias cientifiquem-se das conseqüências coercitivas e reguladoras dessas construções mesmo quando utilizadas/elaboradas com outros propósitos. O que se propõe assim é que se realize um debate onde se atente para o aspecto discursivo, político e não evidente destas categorias buscando assim evitar a reprodução da história de identidades essencializadas e vestígios da dominação política, cultural e discursiva sobre as experiências das “mulheres”, “homens”, “negros” e outras categorias subalternizadas.

Desta forma, historicizar a experiência das mulheres partiria do questionamento do que conta como experiência e quem determina isso. Aliado a isto, a aposta de Butler é em um feminismo que ciente da não possibilidade de utilização da noção de gênero como premissa básica da política feminista advogue a favor de um feminismo que busque “contestar as próprias reificações do gênero e da identidade, isto é, uma aposta feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objeto político” (BUTLER, 2003, p.23).

Continuando em contraposição à busca das origens das categorias fundacionais propõem uma análise crítica destas categorias como efeitos de uma formação específica de poder. Butler (2003) propõe a subversão e o deslocamento destas noções naturalizadas e reificadas através de uma genealogia da ontologia do gênero. Para este fim, ela busca compreender “a produção discursiva da plausibilidade da relação binária dos sexos” sugerindo “que certas configurações sociais culturais do gênero assumem o lugar do 'real' e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida” (BUTLER, 2003, p.58).

A partir desta discussão, gênero é compreendido, neste trabalho como performativamente produzido e imposto, não no sentido de uma atuação teatral nem no formato de um poder substancializado, mas na medida de que sua construção se dá a partir da reiteração de um conjunto de normas e práticas reguladoras da coerência de gênero prescritas pela matriz heterossexual excludente e hegemônica.



Partindo desta compreensão da categoria gênero sugerimos neste trabalho a subversão da construção do conceito violência de gênero definindo-o por seu adjetivo (de gênero). Por este caminho, a própria construção discursiva dos conceitos de “sexo/gênero” já seria indicativo da violência. Em outras palavras, a violência de gênero encontraria sua veia de interpretação no questionamento da matriz heteronormativa que delimita os sexos como dois e constitui a inteligibilidade do humano passando necessariamente por uma destas duas categorias (feminino e masculino) limitando a possibilidade de escolha ou de aceitação de novos arranjos e o gênero como uma mera interpretação cultural destes sexos sem que se discuta o próprio processo discursivo pelo qual estes conceitos são reiterados pelas práticas reguladoras.

## *RESULTADOS*

Apresentaremos dois trechos de duas sessões/crônicas com o propósito de ilustrar: na primeira seleção o relato de um processo deslegitimador do ciclo de enfrentamento à violência por parte de uma instituição da Rede de Enfrentamento e na outra um relato que apresenta o Grupo que aceitou participar desta pesquisa como local legitimador e diferenciado na trajetória das sobreviventes pela Rede de Enfrentamento à violência.

### *CRÔNICA: “CALA A BOCA MINHA SENHORA!” (Janaína)*

Neste trecho extenso é interessante observar o posicionamento da mulher, do companheiro e dos policiais, a dinâmica entre os três agentes sociais e a forma como foi conduzida a ocorrência da violência de gênero contra uma mulher pelos agentes da Polícia Militar.

Janaína: os policiais não estavam respeitando ninguém, eles tiveram na minha casa semana passada (...) eu peguei aquele endereço que você (Simone) me deu e eu liguei, e eu toda vida ligava e nunca vinha, e como eu liguei nesse endereço eles apareceram, mas vieram sabe o que é, com licença da palavra, um bando de animal, um bando de cavalo, eles não tem disciplina, eles não tem educação para entrar na casa da gente eles desacatam tanto você como o homem que esta bêbado que esta te desafiando, te maltratando dentro de casa. (...) Ai na hora que o Policial chegou ele(o marido) passou a mão nos óculos e no cigarro e foi lá para a sala e o isqueiro, e o que ele fez, pôs o cigarro na boca e o policial falou com ele: Ô moço, por favor, não faça isso não, não desacata a autoridade não, to pedindo, não fuma não, vamos conversar, depois você fuma. Eu vou acender porque eu to dentro da minha casa e o senhor esta invadindo a minha propriedade, na hora que ele falou assim o cara só pegou e passou a mão no cigarro e pegou e deu um tapão na boca dele. (...)

Continuando o relato de Janaína, ela descreve a forma como foi o processo de decisão sobre a necessidade e a forma de se registrar a ocorrência por parte dos Policiais.

Janaína: na hora que eles estavam descendo, olha o que o abençoado falou (nunca mais, nunca mais nunca mais, se referindo a uma nova chamada de policiais em sua residência) Oh dona, o motorista me imprensou lá na porta da delegacia e falou assim para mim: Oh dona, também não perguntou o meu nome não, oh dona a senhora cala essa boca porque eu estou aqui para ajudar a senhora e tô com dó da senhora, se a senhora ta achando ruim eu vou levar vocês dois lá para a furtos e roubos. (...) O policial diz: eu falei para ele tomar atitude de homem porque lá vocês não vão tomar chá de cadeira não, lá vocês vão tomar o que vocês merecem, falou assim para mim. Então eu falei: eu mereço o que? Eu não mereço nada. Eu vim pedir uma ajuda e agora vocês vêm me agredir nessa situação, eu não to te agredindo eu não to te respondendo (...). Lá na delegacia com ele mesmo eles não conversaram nada, não falou nada, só comigo, só comigo, ele devia ter chegado, igual ele falou que nós dois ia conversar com o Delegado. Nem o Delegado chegou perto de nós, sabe como que eu



fui conversar com o Delegado, que eu passei perto depois que esse Policial me marcou, me pirraçou, me condenou fazendo ficha (...) na hora que eu passei que eu fui perguntar o policial para ele me salvar, me responder, o abençoado do Delegado falou assim: oh dona arreda daqui, fui tratada que nem cachorro, sai fora daqui, racha o fora daqui.

### Crônica “Se você esta no grupo você confia no grupo” (Cíntia)

Com a aproximação do fim da sessão Cíntia retoma sua discussão sobre a importância do grupo.

Cíntia: eu queria que você entendesse. Simone: estou tentando. Cíntia: a gente não quer que chegue lá e fale que a gente é do Bem- Me-Quero e manda e tal. A gente quer o seguinte: eu passei por uma fase muito difícil, complicadíssima, difícil e o grupo me ajudou. A gente quer que fale que o grupo ajuda, o grupo ampara, a gente quer, por exemplo, que o juiz saiba que a gente tem quem ampare. A gente não quer mostrar, não quer gritar, se puder fazer isso ótimo, porque tem muita mulher aqui fora que eu estou vendo que esta passando por isso. O que a gente quer é sentir segura, eu fui tratada ali agora eu to melhor. Vê como eu estava uma porcaria antes, mas ali eu levantei, ali é uma família. É isso que a gente quer. Mas a gente quer que o grupo aqui, ajudou, não é só uma pessoa, é muita gente, entendeu... Do jeito que eu cheguei aqui. Eu quero que o juiz saiba que eu aprendi a me cuidar. Puxa eu cheguei aqui regaçada e aí eu encontrei as meninas. Eu aprendi a me respeitar, a controlar meus sentimentos. Eu consegui me controlar, me respeitar. Nina: eu sou sua fã. Eu cheguei aqui a ponto de matar e morrer e tudo, estava mal mesmo, essa mulher que veio regaçada lá de trás, mas agora tá aqui inteira, tem uma coisa por trás. E o que é? Camila: uma coisa boa, uma coisa ótima.

### *DISCUSSÃO*

Apresentarei a discussão dos resultados desta pesquisa a partir do esboço do processo de enfrentamento à violência por parte das participantes do Grupo como sobreviventes às pressões/opressões enfrentadas quanto da decisão de publicizar a situação de violência em suas vidas. Para isto adotarei o conceito de sobrevivente de ALMEIDA(1998), relatarei as construções coletivas das participantes do Grupo para ilustrar as pressões/opressões em suas trajetórias e um esboço deste processo através de um “Ciclo de Enfrentamento à Violência”. Considero que a discussão a partir desta tríade (sobreviventes/pressões/ciclo) permite que se realize uma discussão sobre o enfrentamento à violência de gênero que desnaturaliza posicionamentos passivos das sobreviventes à violência de gênero e por outro lado, denuncia posicionamentos deslegitimadores de instituições/serviços ao enfrentamento à violência, bem como as consequências disto para a efetividade das políticas públicas voltadas para esta problemática.

Assim, nesta pesquisa adotamos a definição de sobrevivente apresentada por Almeida (1998) para se referir às mulheres em situação de violência por entender que “ela confere uma dimensão mais afirmativa a categorias subalternizadas, indicando não se tratar de uma categoria passiva, mas inscrita em condições de vida e em relações de força altamente desfavoráveis” (ALMEIDA, 1998, p.10). Para esta autora,

no contexto da violência doméstica, sobrevivente designa o sujeito que foi capaz de reunir forças para lutar contra intensas e multidimensionais condições de opressão, expressas, diretamente, através das relações de gênero processadas em contextos familiares (em sua dimensão crônica) e, indiretamente, por meio de



constrangimentos e limites institucionais, gerados e impostos a partir de um campo de forças determinado (em sua dimensão extensiva).<sup>3</sup>

Em um esforço de nomear e dar visualização a esta força opressora construímos no Grupo os termos/imagens do “O Muro”, da “Cartilha” e do “SPA” apresentadas abaixo:

Muro: foi construída para denunciar aquelas frases e posicionamentos que refletiam a “barreira invisível”, mas real com a qual as mulheres se defrontavam quando questionavam a situação de violência vivida ou a posição da mulher em nossa sociedade. Ela diz da angústia, da dúvida, das perguntas sem respostas, das expressões consagradas pelo dito popular, das posturas institucionalizadas, dos momentos de descrédito frente às falas das mulheres. Entendemos estes “tijolos” como elementos constitutivos deste “Muro” que ninguém vê ou sabe dizer quem começou, mas que deixam marcas na trajetória destas mulheres. Nesta pesquisa, este “Muro” pode ser compreendido como a representação da matriz heteronormativa (Butler, 2003) que sustenta a manutenção da binarização do “sexo” e da apresentação estanque do conceito de “gênero”. Desta forma, nos interessa como a partir da matriz heteronormativa “homem” e “mulher” são situados(as) em lugares que atribuem posicionamentos/comportamentos que almejam atingir a todos, a despeito dos “desviantes”.

Cartilha: conjunto de ensinamentos sobre a trilogia casamento/filho/afazeres do lar e afins, ou seja, sobre o que é ser e como ser mulher em nossa sociedade. A partir da escuta das histórias afetivas, familiares e das trajetórias de sobreviventes à violência de gênero conseguimos em grupo perceber certa constância em algumas colocações e em alguns princípios norteadores do lugar das “mulheres” na sociedade. Assim como a figura do “Muro” foi e está sendo delimitada durante o processo grupal, a imagem da “Cartilha” também segue este caminho. Ela é como um livrinho invisível recitado às mulheres desde seu nascimento, delimitando seu lugar na família, a melhor forma de comportar-se, principalmente, em relação aos meninos e segue apresentando as regras do namoro, do noivado e do matrimônio e maternidade.

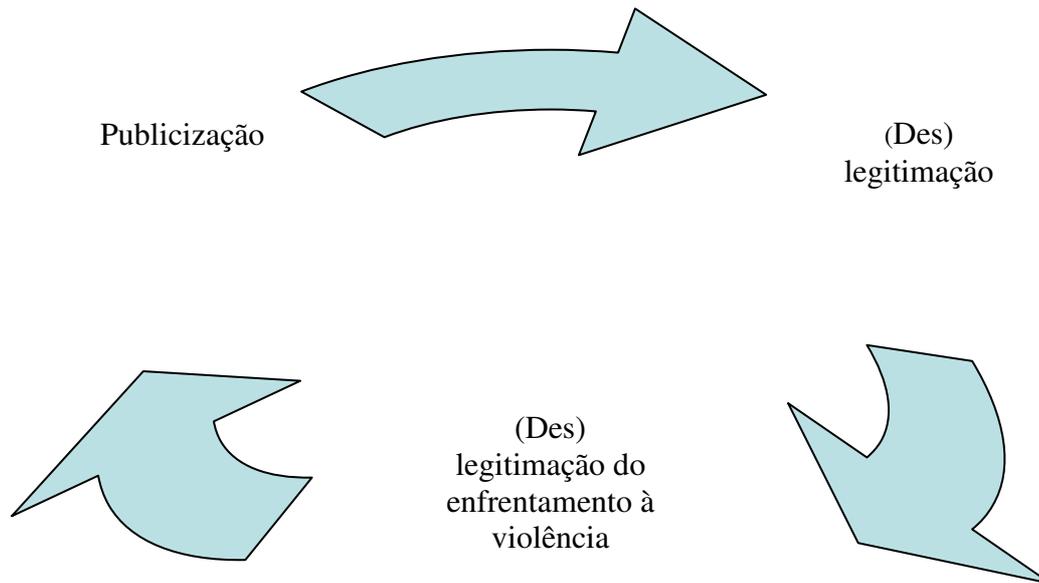
SPA: uma ilustração da manutenção da subserviência doméstica imposta às mulheres. Vinculada a esta imagem dá-se a discussão sobre os motivos pelos quais uma mulher que está no período de separação “tem” que, por exemplo, continuar exercendo as atividades domésticas de cuidado de seu ex-companheiro no período de separação.

---

<sup>3</sup> ALMEIDA, Sueli Souza de. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*. 1.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. p. 10.



## CICLO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA



As sobreviventes podem iniciar o ciclo de enfrentamento à violência a partir de um ato de publicização ou de cunho privado durante o período de tensão ou imediatamente após um episódio agudo de violência através de uma estratégia de publicização ou individual. Por estratégias de publicização compreendemos aquelas apresentadas pelas sobreviventes à violência de gênero que remetem à busca de ajuda e ou apoio em recursos externos à relação violenta com o objetivo de encerrar o ciclo de violência. Por recursos externos compreendemos as instituições da Rede de Enfrentamento e demais instituições públicas e privadas bem como o círculo de convivência externa à relação violenta como familiares, amigos, conhecidos e empregadores. Por estratégias privadas entendemos as que têm como foco de atuação a relação da mulher consigo e com o companheiro resguardando a relação violenta da exposição pública. Nos interessa, neste estudo, principalmente as estratégias de publicização por nos darem indícios para avaliar os posicionamentos institucionais da rede de Enfrentamento à violência e as consequências disto para o processo de enfrentamento ao fenômeno. Sustento que a efetivação das estratégias públicas adotadas pelas sobreviventes depende da forma como estes acontecimentos são recebidos/ encaminhados, ou seja, legitimados (ou não) pelos interlocutores(as) procurados(as) pelas sobreviventes à violência de gênero.

Concluimos, a partir dos dados deste estudo que os impactos sobre o processo de enfrentamento à violência de um episódio deslegitimador de uma estratégia de publicização são enormes e, por consequência atuam sobre o sentido da violência para a sobrevivente e suas futuras iniciativas de encerrar o ciclo. A partir dos relatos, pode-se também observar que o processo de



(des)legitimação das estratégias formuladas pelas sobreviventes atuou sobre a subjetivação e o sentido da violência de forma direta, ou seja, posicionando-as como culpadas pelo fracasso das estratégias e/ou mantendo a prescrição de posicionamentos baseados na matriz heteronormativa. Nesse sentido, a proposta é realizar a análise do processo de enfrentamento à violência de gênero a partir dos diferentes momentos dos ciclos de violência e de enfrentamento à violência, considerando, desta forma, ser possível “desnaturalizar” e “dividir responsabilidades” e “(re)posicionamentos” das sobreviventes à violência de gênero e seus interlocutores(as).

Desta forma, o ciclo virtuoso anunciado pelas sobreviventes participantes do Grupo, a partir dos relatos de mudanças em suas trajetórias, demonstra o processo de operatividade deste Grupo que em sua curta história produziu intervenções:

- \*na proposta de atendimento da instituição ao qual está vinculado e da própria Rede de Enfrentamento à Violência como lugar de legitimação das trajetórias de suas participantes;

- \*nos ciclos de enfrentamento à violência de suas participantes a partir do questionamento das normas da matriz heteronormativa possibilitando a transformação das relações de gênero em suas relações sociais, afetivas e familiares, através da apropriação crítica por parte das participantes das propostas das instituições da Rede de Enfrentamento à Violência de Contagem/MG e da legislação pertinente à problemática instigando-as em suas próprias trajetórias a garantir o direito a uma vida sem violência;

- \*em sua própria dinâmica grupal: a partir da apropriação da proposta de elaboração, avaliação e aplicação de estratégias negociadas no Grupo e na proposta de elaboração de um projeto grupal de intervenção na problemática da violência tanto no nível individual como no nível institucional/social/cultural.

Apesar disto, estamos cientes de que este processo de intervenção é inicial e, coerente com a proposta a que se filia, contínuo, tanto na vida das participantes como na proposta de Enfrentamento à Violência a partir de uma Rede de instituições. O desafio lançado pelas sobreviventes participantes deste Grupo tanto às instituições da Rede como ao Grupo vai ao encontro de uma organização que se baseia na legitimação do trabalho das instituições entre si e, principalmente, na legitimação das trajetórias das sobreviventes por toda a Rede, conforme suas decisões e de acordo com as especificidades de seus casos. Iniciando um círculo virtuoso, o desafio proposto a elas, a partir da participação do Grupo, é que a legitimação dos mecanismos e das estratégias se sustente a partir de seus posicionamentos como sobreviventes ao ciclo de violência e ao ciclo de



enfrentamento à violência. Como apontado por mim à Cíntia na sessão “se você esta frequentando um grupo, você confia no grupo” após mais um relato de um episódio deslegitimador:

Simone: por que você simplesmente não podia ter falado, todos os casos que você me conta você não podia ter contado lá? Cíntia: eu falei. Simone: eu sei que é difícil, mas o que vocês têm que entender é que a palavra de vocês também tem valor. Cíntia: Mas, se você esta frequentando um grupo, você confia no grupo. Simone: eu concordo.

Se fosse necessário resumir a dinâmica deste Grupo, seria através de um convite a estas sobreviventes: frente a todas as pressões e opressões, convido-as a continuarem a se movimentar... Pois, como diz Rosa Luxemburgo, “quem não se movimenta não sente as cadeias que o prendem”.

### *Bibliografia*

ALMEIDA, Sueli Souza de. **Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado**. 1.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.176p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.236 p.

PICHON-RIVIÉRE, Enrique. **O Processo Grupal**. Tradução: Marco Aurélio Fernandes Velloso. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.181p.